



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO COM MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NA AGRICULTURA FAMILIAR:A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO BOM CONSELHO NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN.

JOÃO MATOS JOÃO; SEBASTIÃO FRANCISCO DE MENEZES;

UFRN

NATAL - RN - BRASIL

matosfilho@gmail.com

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

POLÍTICAS SETORIAIS E MACROECONÔMICAS

MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO COM MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: a experiência do Projeto de Assentamento Bom Conselho no município de Macaíba/RN.

Grupo de Pesquisa: Políticas Setoriais e Macroeconômicas

RESUMO

Analisa a experiência com a implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PCF), tomando, como estudo de caso, o Projeto de Assentamento Bom Conselho, no município de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte. Resume as principais contribuições teóricas sobre o processo recente de modernização da agricultura brasileira e destaca as formas de organização da produção que emergiram desse processo de modernização, entre as quais se inclui a agricultura familiar modernizada e integrada aos circuitos de produção e de mercado. Os dados empíricos para elaboração do estudo de caso foram obtidos em pesquisa documental e em levantamento de campo, durante o qual foram realizadas observações diretas dos plantios e criações existentes no assentamento, além entrevistas com os gestores da associação responsável pelo projeto. A análise dos dados empíricos mostrou que a implementação do PCF – integrada com o Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – teve efeitos bastante significativos, tanto do ponto de vista da renda, quanto do emprego e da segurança alimentar no assentamento pesquisado. Além disso, ficou evidente que a agricultura familiar é capaz de incorporar progresso técnico, diversificar a produção, participar dos mercados de produtos agrícolas diretamente ou por intermédio de uma *empresa âncora*. Por último, mas não menos importante, ficou comprovado que a reestruturação fundiária não é um programa meramente social, mas um elemento estratégico da mais alta relevância para o desenvolvimento rural em bases sustentáveis.

Palavras-chaves: política agrária; crédito fundiário; assentamento rural; agricultura familiar; política pública.

1 INTRODUÇÃO

A formação da agricultura brasileira contemporânea e a intensificação das suas relações com a indústria produziram distintos tipos de estabelecimentos agropecuários. A organização da produção e as relações sociais estabelecidas “dentro da porteira” apresentaram-se, a partir de então, muito mais complexas do que os estereótipos clássicos. Pois, a agricultura patronal e o trabalho assalariado seriam formas acabadas de organização do processo de produção na agricultura.

O crescimento da indústria de máquinas, equipamentos e insumos agropecuários, assim como da indústria de processamento de produtos de origem animal e vegetal possibilitaram a intensificação das relações entre a agricultura e a indústria. Além disso, modernizaram a base técnica da agricultura e provocaram o crescimento do trabalho assalariado no meio rural. Também é fato que as políticas agrícolas – notadamente o crédito rural subsidiado e a garantia de preços – e os instrumentos de política macroeconômica – como a desoneração do ICMS das exportações, os incentivos fiscais e a desvalorização cambial – criaram condições objetivas para que os produtores rurais adquirissem máquinas, equipamentos e insumos produzidos pela indústria, e garantissem uma oferta regular de alimentos e fibras para a indústria de processamento e para os mercados interno e externo (BELIK, 2001, p. 95–96; MAZZALI, 2000, p. 17–18). Todavia, é notório que o processo de modernização da agricultura ocorreu sem alteração na estrutura fundiária, dando origem a uma sorte de *modernização conservadora* e heterogênea em termos de regiões, estabelecimentos rurais e tipos de produtos. Desse modo, em algumas regiões a modernização foi mais intensa, como no sudeste e no sul, comparativamente ao nordeste e ao norte; em acréscimo, as grandes empresas agropecuárias incorporaram mais tecnologias do que os milhares de pequenos estabelecimentos rurais dispersos pelo país; e, por último, alguns produtos, como as *commodities agrícolas*, incorporaram mais tecnologia do que os alimentos típicos da cesta básica da maioria da população rural (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.170–177).

Entretanto, um aspecto que chamou a atenção dos estudiosos da questão agrária brasileira, foi a modernização de uma parte das unidades familiares de produção, que se integrou à grande empresa agroindustrial – produzindo sob contrato – ou que se organizou em cooperativas e associações dotadas de plantas agroindustriais próprias. Enquanto isso, uma parcela majoritária dessas unidades familiares permaneceu empobrecida e crescentemente marginalizada dos grandes circuitos produtivos e dos mercados, em virtude dos seus baixos níveis de tecnologia e de produtividade. (GUIMARÃES, 1982, p. 190–192; SORJ, 1986, p. 11–13).

Diante dessa realidade de exclusão social, os temas que haviam sido intensamente discutidos nas décadas de 1950 e 1960, como a estrutura agrária, a agricultura familiar e a geração de ocupação e renda no meio rural, voltaram à agenda dos movimentos sociais e dos governos federal e estadual. Por isso, também, foi que se produziu um conjunto expressivo de políticas públicas específicas que passaram a ser implementadas em todo país com recursos orçamentários e/ou originados de contratos de financiamento firmados entre os governos dos estados e as agências internacionais de financiamento¹.

¹ Destacam-se, neste contexto, os Acordos de Empréstimos firmados entre os Governos dos Estados do Nordeste brasileiro para financiamento de dos chamados Projetos de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

Entre os programas e projetos mais importantes, podem ser destacados: o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), criado em 1985; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, instituído em 1986; o Projeto de Combate à Pobreza Rural do Rio Grande do Norte (PCPR/RN), contratado em 1987; e, mais recentemente, o Projeto de Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza Rural (PCPR - Crédito Fundiário).

Ora, se os temas das décadas de 1950 e 1960 retornaram à agenda das organizações do governo e da sociedade civil e se novas políticas foram concebidas e implementadas, justifica-se a realização de estudos que contribuam para a compreensão do desempenho dessas políticas. E, de modo particular, no que se refere às suas possibilidades de contribuição para a solução dos problemas de desemprego, pobreza e insegurança alimentar que ainda afligem uma grande parcela da população rural.

Muitas pesquisas já foram realizadas sobre essa temática. Todavia, no caso específico do PCPR – Crédito Fundiário do Rio Grande do Norte, não existe nenhuma investigação que tenha aferido a sua contribuição para a solução dos problemas de desemprego, pobreza e insegurança alimentar, acima referidos, apesar de já terem sido financiados mais de 50 (cinquenta) projetos, no valor de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), onde foram assentadas mais de 2 (duas) mil famílias.

Diante dessa constatação, optou-se pela realização de um *estudo de caso*, tomando como *unidade de análise* um dos assentamentos financiados pelo PCPR – Crédito Fundiário, denominado Assentamento Bom Conselho, localizado no município de Macaíba, no estado do Rio Grande do Norte, pelos seguintes motivos: i) integra em um mesmo projeto distintas políticas e fontes de financiamento, como o Crédito Fundiário, o PRONAF e o PCPR; ii) conta com uma associação civil que articula os interesses dos beneficiários entre si e com o Estado e suas políticas públicas; iii) e, possui uma base diversificada de produção, que inclui, além de um contrato de integração, o desenvolvimento de outros cultivos para o auto-consumo e para o mercado regional, o que reduz a dependência dos trabalhadores em relação à empresa contratante.

Os dados empíricos utilizados para elaboração do estudo de caso foram obtidos em pesquisa documental e em levantamento de campo, realizada no dia 03 de fevereiro de 2006, quando foram entrevistados dois trabalhadores assentados, integrantes da diretoria da associação e diretamente responsáveis pela gestão do Projeto. A análise dos dados coletados, constante deste trabalho, está organizada nos seguintes itens, além desta introdução: o item 2, que trata da localização do Projeto e do processo de aquisição da terra; o item 3, que analisa a implantação e a evolução dos principais investimentos realizados no assentamento; o item 4, que identifica os cultivos realizados e estima as receitas brutas obtidas no assentamento; o item 5, que descreve os sistemas de comercialização dos diversos produtos cultivados no assentamento; o item 6, que identifica e analisa os efeitos do Projeto; e, finalmente, o item 7, que trata das considerações finais e das recomendações para futuras pesquisas.

2 A LOCALIZAÇÃO DO PROJETO E O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA TERRA

O assentamento Bom Conselho está localizado no município de Macaíba, na Região Metropolitana de Natal, de onde dista aproximadamente 25 quilômetros. Possui uma área de 177 hectares de solos profundos e drenáveis, pH ligeiramente ácido, deficiência de matéria orgânica e de macronutrientes, porém são solos totalmente aproveitáveis para a agricultura, se feitas as correções dessas deficiências.

O assentamento pertence à bacia hidrográfica do Rio Pitimbu, que é a principal fonte de abastecimento dos municípios circunvizinhos, inclusive de Natal. A água superficial é escassa, devido à estrutura arenosa dos solos. Porém, a água de subsolo é abundante e de

excelente qualidade para consumo humano, animal e para a agricultura irrigada, podendo ser captada de poços rasos, com 60 (sessenta) metros de profundidade e vazão de 40 (quarenta) mil litros por hora.

Trata-se de um exemplo típico de transformação de um antigo imóvel rural praticamente ocioso, deixado à valorização por um profissional liberal ausente que ali comparecia a cada 90 (noventa) dias, para desfrutar de raros momentos de lazer e, principalmente, para receber o pagamento da renda da terra dos pequenos arrendatários, que hoje são assentados e legítimos proprietários. Os arrendatários chegaram na terra em 2003, e, a partir daí, a cada 90 (noventa) dias, como dito, pagavam R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a título de arrendamento, totalizando R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por ano. O contrato era informal, porém fixado em 02 (dois) anos e dele participavam cerca de 10 (dez) pessoas, dos quais 07 (sete) eram homens e 03 (mulheres), todos atualmente no assentamento.

Para os arrendatários, não existia liberdade de plantar o que quisessem: os cultivos se restringiam a culturas temporárias, para que não fossem criados *bens de raízes* que poderiam gerar indenização ou conflitos pela posse da terra. Além da cessão da terra sob a forma de arrendamento, o proprietário pagava a energia e fornecia o adubo para as plantações de macaxeira, milho, feijão macassar e batata-doce.

No início foram assentadas 23 (vinte e três) famílias, das quais apenas 13 (treze) permanecem atualmente. É curioso notar que essas treze pessoas constituem um tipo de família extensa formada por 02 (pais); 09 (nove) irmãos; 01 (um) irmão e 01 (um) primo do pai e suas respectivas famílias, totalizando cerca de 60 (sessenta) pessoas. Segundo os entrevistados, as razões para a saída das 10 (dez) famílias de assentados estão relacionadas com os critérios estabelecidos para a gestão do assentamento, entre os quais foram destacados: o estabelecimento de metas de produção; a formação de uma reserva para operação, manutenção e reposição das máquinas e equipamentos; e, a formação de uma poupança para pagamento do crédito obtido para aquisição da terra. Foi o próprio proprietário, que era um profissional liberal bem sucedido em Natal, convencido de que aquilo *não tinha futuro*, que estimulou os rendeiros a procurarem o PCPR – Crédito Fundiário e comprarem a terra. Para isto, procuraram o Banco do Brasil, que os aconselhou a ir ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Macaíba e solicitar informações sobre o processo de aquisição da terra. Obtidas as informações solicitadas foi dado início ao processo de aquisição da terra, que durou 07 (sete) meses e seguiu os seguintes passos: i) apresentação de proposta para aquisição da terra ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; ii) apreciação e aprovação da proposta pelo Conselho; iii) encaminhamento da proposta à Secretaria Especial de Reforma Agrária (SEARA); iv) análise da proposta pela Câmara Técnica do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio Grande do Norte; v) aprovação da proposta pela Câmara Técnica e pelo Conselho; vi) encaminhamento ao Banco do Brasil para preparar o contrato e depositar os recursos na conta indicada pelo antigo proprietário.

3 IMPLANTAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) relativos à aquisição da terra, acima referidos, foram financiados pelo Banco do Brasil com recursos originados do Tesouro Nacional. Os demais investimentos no valor de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais) foram financiados com recursos não reembolsáveis, oriundos do Acordo de Empréstimo firmado entre o Governo Federal e o Banco Mundial. Esses recursos foram aplicados nos seguintes itens: i) desmatamento de aproximadamente 10 (dez) hectares; ii) construção e reforma de moradias; iii) compra de animais de trabalho; iv) aquisição de 04 (quatro) vacas leiteiras e

equipamentos para trabalhar; v) plantio de 10 (dez) hectares de batata doce, 10 (dez) hectares de macaxeira e 10 (dez) hectares de mandioca.

Com os recursos próprios obtidos com a venda da produção desses cultivos, somados aos recursos não reembolsáveis para compra do sistema de irrigação², foi possível implantar o primeiro módulo de mamão irrigado, numa área de 5,5 (cinco e meio) hectares, para produção sob contrato de integração com a CALIMAN, uma *empresa âncora* catarinense com mais de 20 (vinte) anos de experiência no cultivo e comercialização de mamão.

Enquanto isso era apresentada uma proposta de financiamento do PRONAF, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para aquisição de um trator e compra de uma grade, um carroção e insumos químicos, como fertilizantes, calcário, inseticidas, acaricidas e nematicidas, o qual levou 05 (cinco) meses para ser liberado.

Tabela 1 – Estimativa de custos para implantação de um módulo de 5,5 hectares para irrigação de mamoeiro por gotejamento no Assentamento Bom Conselho, no município de Macaíba/RN, 2006 (R\$ 1,00).

Especificação	Unidade	Quant.	Vr. unitário	Valor Total
Desmatamento da área	ha	5,5	1.200,00	6.600,00
Gradeamento do terreno	h/trator	26	45,00	1.170,00
Sulcagem do terreno	h/trator	25	45,00	1.125,00
Esterco de curral – 1ª aplicação	carrada	31	350,00	10.850,00
Esterco de curral – 2ª aplicação	carrada	31	350,00	10.850,00
Superfosfato simples para fundação	t	10	700,00	7.000,00
Superfosfato simples em pó	t	1	700,00	700,00
Calcário	t	4	55,00	220,00
Mistura NPK – adubação cobertura	g/planta	300	12,50	3.750,00
Mistura NPK – 2ª aplicação	g/planta	300	12,50	3.750,00
Adubação foliar	l	1	700,00	700,00
Esterco de curral – 3ª aplicação	carrada	31	350,00	10.850,00
Sacos para mudas	milheiro	25	15,00	375,00
Sementes	kg	1,5	2.500,00	3.750,00
Mão-de-obra para plantio	d/h	45	15,00	675,00
Mão-de-obra para sexagem	d/h	6	15,00	90,00
Mão-de-obra para tratamentos culturais	d/h	150	15,00	2.250,00
Nematicida	l	10	136,00	136,00
Inseticida	l	5	136,00	680,00
Energia elétrica	mês	12	150,00	1.800,00
Depreciação (10% a.a.) ³	-	-	-	12.000,00
Colheita	d/h	150	15,00	2.250,00
Total	-	-	-	82.021,00

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/2006.

² Segundo o entrevistado, esse sistema de irrigação custou R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

³ Considerado 10% sobre o valor do trator e equipamentos e dos sistemas de irrigação, correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ou seja: 120.000,00 x 0,10 = 12.000,00

O PCPR financiou os dois poços, o reservatório, o segundo sistema de irrigação com a mesma área do já existente, isto é, os mencionados 5,5 (cinco e meio) hectares.

Neste caso, a instalação da energia de baixa tensão e do reservatório possibilitou a implantação da irrigação, para a qual já não havia mais dinheiro. Na visão do entrevistado, o custo de implantação de 01 (hum) hectare de mamão irrigado é muito elevado, porém é compensador se devidamente cuidado. Os custos para implantação do módulo de 5,5 hectares, acima referido, encontram-se discriminados na Tabela 1, acima.

4 CULTIVOS REALIZADOS E RECEITAS OBTIDAS

Como foi referido no início deste texto, a estratégia mais utilizada pela grande empresa agroindustrial – seja no processo de trabalho direto ou mediante contrato – é a especialização ou, mais especificamente, a concentração do trabalho assalariado ou familiar em um único produto. Por suposto, essa é uma estratégia favorável para a grande empresa. Todavia, dado o caráter oligopsônico (poucos compradores) ou mesmo monopsonico (um comprador) da grande empresa, o aumento do número de produtores e da oferta de mamão produzido nas unidades familiares que cultivam um mesmo e único produto, pode levar ao rebaixamento dos preços pagos aos produtores, à redução do retorno econômico, e, no limite, à exclusão desses produtores do mercado.

A diversificação aparece, pois, como uma estratégia defensiva das unidades familiares de produção, porém fraciona o tempo e a gestão da produção, o que pode não ser aceito pela empresa contratante. Na realidade, faz parte da estratégia da empresa contratante levar o produtor familiar a concentrar toda a sua energia em um único produto, de modo a reduzir os riscos da não observância a tempo de um eventual ataque de pragas, doenças ou *stress* das plantas por insuficiência hídrica. Ocorrências dessa natureza poderiam inviabilizar a entrega das frutas no tempo e nas quantidades acordadas, levando à quebra de contrato e à deterioração da imagem da empresa nos mercados internacional e nacional.

Os agricultores de Bom Conselho têm uma visão intuitiva dessa estratégia. Por isto cultivam 06 (seis) tipos de cultura – mamão, banana, macaxeira, feijão, batata-doce e milho – além de criarem gado de leite. Entretanto, os entrevistados percebem que este é um número exagerado e pretendem, com a mesma visão intuitiva, reduzir o número de culturas, de modo a chegar a um ótimo que combine a garantia do consumo próprio com o retorno econômico das culturas comerciais. Essa otimização deve levar em conta a superioridade econômica do mamão – que tem o maior retorno econômico – mas ao mesmo tempo deve reconhecer a complexidade do processo de trabalho de cada cultura, assim como suas complementaridades: segundo os entrevistados,

o mamão é o mais complicado; a banana é mais simples; a macaxeira requer menos mão-de-obra; a batata-doce consome muita água; o milho é só pro São João; as hortaliças precisam de muitos cuidados; devem ser cultivadas somente para o consumo; a manga, não compensa; o gado pode ser aumentado, porque tem alimentação franca dos restos de culturas e das pastagens plantadas; pode passar fácil dos atuais 60 litros/dia para 100 litros/dia; assim, vai dá para consumo e para venda de leite e de queijo; vamos testando; quero plantar até alguns pés de café, pois já sei que dá.

Assim, com esses cultivos, os entrevistados afirmam que está sendo possível fazer uma retirada mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). O restante vai para despesas de manutenção e investimento e para uma conta da associação, na qual, ninguém mexe; há uma

consciência coletiva de que esse recurso é *pra pagar o banco*. A estimativa das receitas anuais, estimadas pelos entrevistados, estão especificadas na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 – Estimativa das receitas brutas anuais apuradas no Assentamento Bom Conselho, município de Macaíba/RN, 2006 (R\$ 1,00)

Origem receitas	Unidade	Quant.	Vr. unitário	Valor Total
Mamão tipo exportação	T	225	506	113.850,00
Mamão mercado interno	T	75	450	33.750,00
Banana	Mil	192	60,00	11.520,00
Macaxeira	T	96	500,00	48.000,00
Feijão Verde (vagem)	T	28	700,00	19.600,00
Batata doce	Saco	2.700	20,00	54.000,00
Leite	L	21.600	0,60	12.960,00
Total	-	-	-	293.680,00

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/2006.

5 SISTEMAS DE COMERCIALIZAÇÃO

O Assentamento Bom Conselho não possui um único sistema de comercialização. Para cada produto cultivado existem fluxos e canais específicos de comercialização, conforme caracterizado a seguir:

a) Mamão – neste caso, 75% (setenta e cinco por cento) da produção é comercializada sob contrato com uma *empresa âncora*, cotado, hoje a US\$ 0,23 (vinte e três centavos de dólar) por quilo. Essa *empresa* coleta a produção no assentamento, transporta até a *packing house* de sua propriedade, faz a limpeza e o tratamento fito-sanitário, embala e encaminha para exportação ou para os supermercados. Os 25% (vinte e cinco por cento) restantes são encaminhados para serem vendidos em três feiras municipais.

b) Macaxeira – a comercialização desse produto é feita mediante contrato com os supermercados, com a garantia de comercialização de toda produção obtida.

c) Maracujá – é a primeira plantação; ainda não está em ponto de colheita; porém, quando for colhido será comercializado com o supermercado, da mesma forma que está sendo comercializada a macaxeira.

d) Feijão verde - o feijão verde ainda é vendido ao intermediário que coleta a produção no próprio assentamento e faz a distribuição nas feiras regionais; os assentados também pretendem vender direto para o supermercado.

e) Banana – hoje é vendida diretamente para o atravessador; os assentados também pretendem vender direto para o supermercado.

f) Batata-doce – mesmo sistema de venda ao intermediário no próprio assentamento.

g) Milho – produzido somente na época das festas religiosas de São João, quando o consumo aumenta vertiginosamente. É um espaço de comercialização muito pequeno, no decorrer do mês de junho; por essa razão a colheita é programada para esse mês e vendida no próprio assentamento.

h) Leite – vender no curral a atravessadores

6 EFEITOS DO PROJETO

Por ocasião da entrevista realizada com os assentados não houve tempo para fazer uma estimativa dos custos de produção dos demais cultivos e do pequeno rebanho leiteiro existente no assentamento. Por esta razão, esta estimativa é aqui adotada como sendo os custos estimados para o mamão, que foram de aproximadamente R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), acrescido de 40% (quarenta por cento) das receitas totais estimadas para as demais culturas (146.080,00 x 0,40 = 58.432,00), ou seja, 82.021,00 + 58.432,00 = um pouco mais de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Pode-se, assim, estimar o primeiro efeito dos investimentos realizados calculando a **relação benefício-custo**, que corresponde a 293.680 : 140.453,00 = 2,0: 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 (um real)/ano investido no Assentamento Bom Conselho retornam R\$ 2,00 (dois reais)/ano. Esse resultado pode ser considerado promissor, considerando as possibilidades de expansão e de ganhos de escala do empreendimento.

Na realidade, a parte que atualmente está comprometida com agricultura, pecuária e reserva florestal corresponde a aproximadamente 54% (cinquenta e quatro por cento) da superfície total do assentamento. Este dado pode ser obtido subtraindo-se da área total do assentamento - 177 (cento e setenta e sete) hectares -, o somatório das seguintes áreas: os 40 (quarenta) hectares que já estão sendo cultivados com as culturas relacionadas na Tabela 2; os 35,4 (trinta e cinco vírgula quatro) hectares de reserva legal (177 x 0,20); e, uma estimativa de 20 (vinte) hectares para pastagem natural e plantada, o que corresponde a 95,4 (noventa e cinco vírgula quatro) hectares, ou seja, aproximadamente 54% (cinquenta e quatro por cento) da área total do assentamento⁴. Existe, portanto, uma área de aproximadamente 82 (oitenta e dois) hectares para expansão, o que corresponde, grosso modo, a 46% (quarenta e seis por cento) da área total do assentamento⁵.

O segundo efeito, de suma importância, é a **geração de empregos** no Assentamento Bom Conselho. Além das 13 (treze) famílias assentadas, o Assentamento Bom Conselho emprega uma média de 10 (dez) trabalhadores assalariados durante todo o ano. Considerando que cada família de assentado tenha 02 (dois) trabalhadores adultos, o número total de empregos gerados corresponde a 36 (trinta e seis) trabalhadores, sem considerar os trabalhadores temporários contratados nas épocas de picos de plantio e da colheita⁶.

Por último, mas não menos importante, o **custo do emprego**, aqui definido como a relação entre o investimento total, que foi de R\$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais), mostrado na Tabela 3, abaixo.

Tabela 3 – Custo de um emprego gerado no Assentamento Bom Sucesso, segundo as fontes de financiamento, no Município de Macaíba/RN, 2006.

Fonte de financiamento	Valor (R\$ 1,00)
Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PCFCPR)	210.000,00
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	130.000,00
Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)	42.000,00
Total	382.000,00

Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/2006.

⁴ O cálculo foi obtido a partir de: $\{177 - (40,0 + 35,4 + 20,0)\} : 177\} \times 100$.

⁵ Não foram subtraídas as áreas para benfeitorias, o que implicaria em um levantamento específico. Todavia, isto não compromete a validade das análises, já que essas áreas ocupam uma parte muito pequena da superfície total do assentamento.

⁶ A fórmula de cálculo é: $[(13 \times 2 = 26) + 10 = 36]$.

O número de empregos permanentes gerados no assentamento, por sua vez, que foi de 36 (trinta e seis), corresponde a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), aproximadamente. Portanto, muito abaixo do custo médio de um emprego gerado no setor industrial, estimado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas ao longo deste texto permitem concluir que, em primeiro lugar, a implementação das três políticas públicas diferenciadas de desenvolvimento rural – PCPR – Crédito Fundiário, PCPR e PRONAF –, em um mesmo projeto tiveram efeitos altamente significativos. Isto, tanto do ponto de vista do aumento da renda e da ocupação quanto da segurança alimentar dos trabalhadores assentados.

Os dados apresentados também permitem concluir que esses efeitos teriam sido muito menores se tivesse ocorrido a implementação de apenas uma das três políticas. Na realidade, a complementação entre as três políticas permitiu a ampliação da área irrigada e a geração de novos postos de trabalho para outros trabalhadores de fora do assentamento, além de ter garantido alimentação abundante para famílias residentes no assentamento (algo em torno de 60 – sessenta – pessoas).

A integração dos trabalhadores assentados nos circuitos da produção e dos mercados de produtos agropecuários possibilitou um rápido processo de aprendizagem. Inicialmente, com a *empresa âncora* e depois com outros agentes econômicos, habilitando-os a procurar canais alternativos para comercialização dos produtos, como foi o caso dos supermercados e das feiras regionais. Este fato – possibilitado pela diversificação existente no assentamento –, pode ser reconhecido como uma estratégia importante de redução da dependência frente a uma situação monopsônica ou oligopsônica, como a que caracteriza o mercado de produtos agropecuários no Rio Grande do Norte, e, em particular, na região onde está localizado o assentamento.

Somada aos efeitos econômicos, a garantia de uma alimentação farta e diversificada - rica em proteínas, carboidratos, vitaminas e sais minerais provenientes do leite, da carne, das hortaliças e das frutas produzidas no próprio assentamento -, combinada com a auto-estima elevada e a cidadania construída no cotidiano dos assentados, permitem concluir que a unidade familiar é capaz de incorporar progresso técnico. Além disso, a reforma agrária não é um programa meramente social, mas, um elemento estratégico de mais alta relevância para o desenvolvimento econômico no Brasil.

A agricultura, neste contexto, cumpriu um papel ativo na geração de renda, na ocupação, na segurança alimentar, na elevação da auto-estima e da cidadania e não uma função passiva, de fornecedora de alimentos e fibras para rebaixar os custos de produção nos setores urbano-industriais como durante muito tempo foi registrado nos modelos de desenvolvimento de caráter dualista ou articulador. Por essas razões, torna-se relevante aprofundar os estudos para identificação de experiências bem sucedidas e recomenda-se o prosseguimento deste tipo de investigação, de modo a contribuir, em maior profundidade, para um maior conhecimento da realidade dos assentamentos financiados pelo PCPR – Fundiário, das políticas públicas que estão sendo implementadas em cada um deles e dos efeitos e dos impactos dessas políticas sobre as condições de vida dos beneficiários diretos e indiretos, de modo a aperfeiçoar a concepção e a implementação dessas políticas.

Impressiona, no entanto, a capacidade de aprendizagem dos principais responsáveis pela gestão do assentamento. Neste particular, o jovem entrevistado mostrou que domina o processo tecnológico, o que mostra a importância do assessoramento técnico dado pela CALIMAN, que é o único existente no assentamento. Por outro lado, ficou evidente que

quando as tecnologias têm retorno econômico comprovado, a adoção é não somente rápida, como é rapidamente assimilada pelos assentados.

Por último, mas não menos importante, ficou evidente que a interação do saber científico, dominado pelos técnicos da CALIMAN, com o saber popular, próprio dos assentados, resultou num processo de síntese entre a diversificação da produção, além de minimização dos riscos inerentes à atividade agropecuária. Uma construção em processo, num dado espaço rural do Nordeste semi-árido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora HUCITEC-ANPOCS-EDITORA DA UNICAMP, 1992.

ARAÚJO, Tarcício Patrício; LIMA, Roberto Alves de. Políticas Públicas de Emprego: considerações a partir do PROGER Urbano em Pernambuco. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 22, p. 73 – 118, dez. 2000.

BEJARANO, Jesús Antonio. **Economía de la agricultura**. Santa Fé de Bogotá: Tercero Mundo Editores, 1998.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O Financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio (org). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2.000.

MATOS FILHO, João. **A descentralização das políticas de desenvolvimento rural: uma análise da experiência do Rio Grande do Norte**. 2002.233f. Tese (Doutoramento em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

REZENDE, Gervásio de Castro. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2003.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.